

O processo de evolução urbana e modernidade do ambiente escolar: início do século XX

Maria Cecília Marins de Oliveira

Universidade Federal do Paraná. Doutora em Educação pela USP.
Coordenadora do Projeto de Pesquisa “Educação e saúde nas políticas governamentais do Paraná, da Província à República”.
Integrante do Núcleo de Pesquisa do Centro Universitário Campos de Andrade/ UNIANDRADE

Valter André Jonathan Abbeg

Licenciado em Pedagogia pela UFPR

Déborah Justino de Oliveira Barbeta

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela União Dinâmica
Faculdades Cataratas de Foz do Iguaçu-PR.

Resumo As pesquisas do projeto “Educação e saúde nas políticas governamentais do Paraná, da Província à República” permitiram-nos realizar algumas considerações a respeito do processo de urbanização, no Brasil, que envolveram a reorganização estética e o saneamento das cidades. Com repercussões no ambiente escolar, os propósitos de inovações objetivaram nova estrutura nas edificações escolares, donde adveio o objeto de estudo: o trabalho na arquitetura escolar. Envolta em princípios de higiene e pedagógico-educacionais, as novas edificações escolares inspiraram-se em modelos europeus e norte-americanos, sendo as inovações absorvidas pela administração pública de São Paulo, que se tornou modelo para o Estado paranaense. O Paraná, seguindo de perto os princípios da nova ordem republicana, empreendeu a reformulação do ambiente escolar, pautado pelo modelo paulista, cujas orientações foram trazidas, em 1903, pelo Inspetor da Instrução Pública e, em 1907, por uma comissão, designada a estudar os novos processos de seriação do ensino e a nova arquitetura escolar que permitiu ao Paraná o trabalho de implantação dos grupos escolares, em seus centros urbanos.

Neste trabalho propomo-nos a uma análise do processo de urbanização, em Curitiba, nas primeiras décadas do século XX, tendo como ponto central a modernização do ambiente escolar. A pesquisa foi resultado do levantamento de fontes documentais oficiais e da produção intelectual de autores que abordam temas relativos à urbanização e ao saneamento, iniciado no Rio de Janeiro e com repercussões nos demais centros urbanos, como em Curitiba, no Paraná. A respeito da modernização do ambiente escolar, nas instituições públicas, notadamente, em Curitiba, o material bibliográfico levantado possibilitou conhecer as questões de ordem política, econômica e social que foram respaldadas por informações oficiais de Relatórios de Inspetores da Instrução Pública e Mensagens de Presidentes do Estado, para a elaboração deste estudo.

As razões que levaram as autoridades do Paraná a se preocuparem com a melhoria do ambiente escolar foram, basicamente, oriundas do processo de desenvolvimento promovido pela industrialização, que as novas formas de produção capitalista passaram a impor, resultando na maior intensificação das atividades econômicas, nos centros urbanos.

No trabalho apresentado por Maria Cristina da Silva Leme, coordenadora do projeto de pesquisa sobre “Urbanização no Brasil, 1895-1965”, foram identificados três períodos urbanísticos. O primeiro de 1895 a 1930, o segundo de 1930 a 1950 e o terceiro de 1950 a 1964/65.

Nossas atenções voltaram-se para o primeiro período, no qual se concentrou nossa pesquisa, por ter sido nesta fase, conforme diz Leme (1999, p. 21), que apareceram as técnicas para solucionar as questões das cidades: o saneamento, a circulação e a legislação urbanística. Uma das grandes preocupações residiu na infra-estrutura das cidades, em relação ao saneamento, devido às constantes epidemias que acometiam as pessoas nesses centros urbanos.

Na contrapartida do progresso industrial, trazendo novas relações de trabalho e novos ritmos de vida decorrentes da maior concentração urbana, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia ajudou a superar as dificuldades na área da saúde pela estruturação e reestruturação dos ambientes públicos, para construir uma vida mais saudável para a população, em geral, dentre eles o espaço da escola pública.

Françoise Choay, em sua obra “O urbanismo” (2002, pp. 214-215), nos fala do grande passo dado pelo “urbanismo culturalista”, cujo representante, o engenheiro vienense, Camilo Sitte (1889), introduziu a teoria da cidade ideal para a construção da cidade moderna. Embora sua teoria fosse alvo de críticas teve, entretanto, papel significativo nos progressos alcançados no campo da urbanização, favorecendo a higiene.

Se o trabalho de engenheiros envolvidos neste projeto possibilitou a melhoria das condições da saúde pública em cidades européias, não menos podemos deixar de afirmar da repercussão desse e de outros projetos, nos empreendimentos urbanísticos, em cidades brasileiras, no início do período republicano.

As idealizações de organização dos espaços urbanos, no Brasil, dominaram os empreendimentos públicos a partir de 1903, concentrando-se, inicialmente, na Capital Federal. Por meio da projeção de qualificada infra-estrutura, buscava-se dar nova configuração à cidade, na qual se previam a reordenação de ruas, a instalação de energia elétrica, a melhoria dos serviços de transporte e das comunicações marítimas que se faziam entre a Capital e os demais centros urbanos brasileiros.

A contribuição da engenharia, no planejamento urbano do Rio de Janeiro, surge com a crise sanitária do final do século XIX que evidencia o descompasso entre a infra-estrutura da cidade e o seu crescimento. Engenheiros e médicos atuam em conjunto, a partir da busca de melhores condições de saneamento e melhoramentos dos serviços públicos em geral. (LEME, 1999, pp. 52, 72).

Os primeiros empreendimentos efetivados na prefeitura de Pereira Passos, no Rio de Janeiro, ligaram-se às preocupações com a estética e o saneamento. O agravamento da crise sanitária, no Rio de Janeiro, levou o poder municipal, a partir de 1902, a intervir na ordem sanitária, estética e viária, determinando usos e atividades nos espaços públicos. Esse trabalho continuou e adentrou o século XX, no mandato do Presidente Rodrigues Alves, tendo como base aquela reforma. Diversas obras foram iniciadas neste e em outros momentos, cujo enfoque evidenciaram as preocupações com questões sanitária, viária, estética e habitacional das cidades brasileiras. (LEME, 1999, pp. 47-48).

Com repercussões em outras esferas da administração pública, incidiram no âmbito da escola pública, que passou a ser repensada sob novos critérios de modernidade, nos quais se conjugaram necessidades pedagógico-educacionais e ambientes escolares.

Neste momento também, começou-se a pensar um novo ideário de pátria, sob a bandeira positivista de “Ordem e Progresso”. Nos moldes europeus, as cidades seriam modernizadas e a educação seria o caminho para formar cidadãos atuantes e conscientes de sua responsabilidade e comprometimento com o país.

Os investimentos na educação objetivaram superar o analfabetismo da população e proporcionar melhores condições de vida com ensinamentos sobre higiene. A escola pública primária, foco das atenções no Império para torná-la acessível à população infantil, não alcançou seus objetivos. Restou muita coisa a ser feita na fase republicana.

Na República, embora houvesse a preocupação de se criar instituições de ensino superior, principalmente com a Reforma de Rivadávia Correia, em 1911, ainda assim, os investimentos no ensino primário continuaram sendo o objetivo maior dos Estados.

A competência e a autonomia, delegadas às Províncias no Império, permaneceram na República aos Estados, possibilitando ações descentralizadas, como a disseminação do ensino primário, a formação de professores, o ensino ginásial e a formação técnica.

Nesta política expansionista da escola primária, estavam presentes as medidas de higienização que iriam integrar, a partir daí, os conteúdos curriculares e a formação de novos hábitos entre os escolares. Por detrás da idéia de higiene, estava a idéia, muito mais comprometedora e discriminadora, da eugeniação.

Vera Regina Beltrão Marques, em sua obra “A medicalização da raça: Médicos, educadores e discurso eugênico”, traz a público a fala de Gomes, autor do livro “Noções de Higiene”, em 1940, revelando a intencionalidade que advinha das campanhas de higienização.

No Brasil, mais talvez do que em qualquer outra parte, a Higiene tem importância excepcional. Nação possuidora de território imenso, com diminuta população, o Brasil necessita urgentemente de multiplicar o número de seus habitantes. É perigoso fazê-lo pela importação imoderada do braço estrangeiro, só a Higiene oferece a solução normal e patriótica para o caso: prolongar entre nós a vida humana, aumentar a natalidade e reduzir a mortalidade infantil, levando em conta que “a criança é o melhor imigrante” (MARQUES, 1994, p. 31).

No Paraná, o retraimento da população original em relação ao imigrante, que aí começou a chegar desde 1829, deu-se muito mais pela expectativa do novo e do desconhe-

cido, gerando desconfiança e distanciamento social, do que propriamente pelo desejo da eugenia, embora houvesse grupos simpáticos ou partidários dessa idéia.

Em meio à idealização republicana, pensou-se a escola pública primária, sua expansão e propagação, como medida saneadora do analfabetismo e dos males epidemiológicos que acometiam as populações. A preocupação com um lugar específico para escola passou a ser indispensável para a educação de crianças. As palavras de Célia Rosângela Dantas Dórea, em seu trabalho “Anísio Teixeira e a arquitetura escolar: planejando escolas, construindo sonhos”, nos dão a idéia da importância que a escola assume neste contexto republicano:

Com a instauração da República, a escola passa a assumir um novo papel como instrumento de progresso histórico, com um caráter regenerador. Dessa forma, enquanto veículo para a tão desejada “reconstrução nacional”, a escola básica incorpora uma função salvacionista, como a única capaz de transformar o homem comum.

A escola se converte em lugar de referência para as cidades e passa a ser tomada como “modelo”. Nesse contexto, vale ressaltar a importância da escola – o grupo escolar – na arquitetura das cidades. As escolas começam a ocupar lugares privilegiados, tornando-se os “novos templos” de civilização. (DÓREA, 2000, p. 2).

Tal como se associaram médicos e engenheiros para urbanizar e sanear as cidades, associaram-se também engenheiros e educadores para projetar os novos espaços e ambientes escolares. Ainda, nos adianta Dórea, sobre estes novos espaços do empreendimento escolar, citando Souza que, assim se refere, em sua obra “Templos da civilização”,

[...] o edifício escolar torna-se portador de uma identificação arquitetônica que o diferenciava dos demais edifícios públicos e civis ao mesmo tempo em que o identificava como um espaço próprio [...]. O espaço escolar passa a exercer uma ação educativa dentro e fora de seus contornos. (DÓREA, 2000, p. 2).

Como nos coloca Tânia Maria Grassi, em seu estudo “As faces da mulher que se forma professora na Curitiba do final do século XIX às décadas iniciais do século XX”,

[...] a educação tinha um papel fundamental na resolução dos problemas nacionais. Educar o povo era moldá-lo de acordo com os ideais de Ordem e Progresso. [...] a população era considerada doente, marcada pelo vício, com falta de vitalidade, degradação e degeneração. A educação, [...] tornaria essa população saudável, disciplinada e produtiva, garantindo o progresso do País. (GRASSI, 2003, p. 62-63)

Apesar do desejo republicano de ter a escola pública, como referencial para a homogeneização da população, respondendo ao processo de industrialização e urbanização, sua modernização deu-se, porém, nos centros urbanos mais expressivos da federação. O Paraná não foi exceção. A modernização do ambiente escolar, por meio da construção de imponentes prédios, deu-se na Capital, Curitiba, e nas cidades mais importantes do Estado.

Na linha do pensamento republicano, empenhou-se Victor Ferreira do Amaral, Superintendente do Ensino, para a construção de prédios apropriados às escolas, atendendo preceitos de higiene e estética, como expunha em seu Relatório. (PR. 1893, p. 6).

Além da precariedade dos prédios, Victor do Amaral apontava a irracionalidade na distribuição das escolas. Era comum encontrar duas ou mais escolas numa mesma rua, por funcionarem elas em prédios alugados, quando desocupados. A organização, para situá-las em pontos estratégicos, atenderia melhor a clientela escolar. Daí a necessidade de um cuidadoso planejamento para a construção de prédios escolares, a fim de evitar futuros transtornos.

O terceiro edifício escolar, construído em Curitiba, foi ainda na gestão deste Superintendente, em 1893, custeado pela Sociedade Propagadora de Erva-Mate, com algum auxílio do Governo, sendo denominado Escola Tiradentes.

As duas primeiras construções deram-se, uma, em 1883, para uma escola masculina e, outra, em 1884, para uma escola feminina, sem que houvesse prévio planejamento.

Em 1903, com o retorno de Victor do Amaral à Inspeção da Instrução Pública, deu-se a construção de outro prédio, o da Escola Xavier da Silva que, posteriormente, se transformaria no Grupo Escolar Xavier da Silva. A organização, na forma de grupo escolar, era uma das intenções de implantação pelo Inspetor, após sua visita a São Paulo, onde conhecerá o funcionamento desse novo sistema de escolas. O modelo paulista já fora tentado ser seguido na construção dos prédios, em 1893, sem muito sucesso, porém. Todavia, a construção de novos prédios gerara, em 1904, forte pressão social junto ao Governo para autorizar a construção de escolas, em Antonina e Paranaguá. No ano seguinte, era inaugurado, em Curitiba, o prédio do Grupo Escolar Xavier da Silva e o prédio remodelado para o Jardim de Infância, em Castro, o Grupo Escolar “Vicente Machado, e, em Palmeira, a Casa Escolar “Jesuino Marcondes” (PR. Relatório, em 31 de dezembro de 1905, p. 12).

A implantação dos grupos escolares, conforme o modelo paulista, contou também, em 1903, com legislação específica, ditada pelo Regimento Interno das Escolas Públicas do Estado do Paraná, conforme Decreto n. 263, de 22 de outubro daquele ano (PR. Leis, Decretos, ... de 1903, pp. 92-102). Estando o ensino primário, no Paraná, dividido em 1º grau ou elementar e 2º grau ou superior, o Regimento estabelecia a criação de duas séries para cada grau para funcionarem na forma de semi-grupos ou grupos escolares.

Dessa maneira, os prédios, ao serem construídos, teriam que atender à estrutura funcional das escolas, bem como aos novos preceitos arquitetônicos, introduzidos pela “Art-Nouveau” e pelo Neo-Colonial, que conduziram ao movimento modernista da década de 1920. A atualização de técnicas na arquitetura brasileira, implantadas, especialmente, na região centro-sul, exigia a renovação das formas de construção. (REIS FILHO, 1997, p. 56).

O Programa das Escolas Primárias ainda não incluía a higiene como disciplina, mas o Regimento destinava o Capítulo X à Higiene Escolar com prescrições para as escolas públicas. As determinações do item 1º do art. 55 e do art. 58 dependiam da estrutura física do prédio, como se pode observar nos enunciados: “1º As salas de aula devem ser espaçosas, bem arejadas, evitando-se as correntes diretas de ar, e bem iluminadas, incluindo a luz de preferência da esquerda para a direita;”. O art. 58 estabelecia:

As casas escolares que tiverem acomodações para funcionarem simultaneamente duas escolas servirão, em regra, para unir as aulas, com graus ou séries diferentes, a juízo do Diretor Geral da Instrução Pública, como na Capital as escolas “Tiradentes, Oliveira Bello e Carvalho”. (PR. Leis, Decretos, ... 1903, p. 94)

Os demais itens do art. 55 e os artigos 56, 57 e 59 dispunham sobre os cuidados dos professores com a higiene pessoal dos alunos, postura correta para sentarem nos bancos, livro ou papel numa distância de 0,35 cm dos olhos, para evitar a miopia ou outros defeitos da vista, havendo exigências quanto à limpeza, ao arejamento das salas de aula e à boa qualidade da água nas talhas.

As determinações sobre higiene escolar não correspondiam, porém, às condições de higiene nos centros urbanos. A Inspetoria Geral de Higiene, criada em 1886, com objetivos de fiscalizar o exercício legal da medicina e de seus facultativos e inspecionar as condições de higiene das principais cidades do Estado quase nada fez neste setor. (FERNANDES JÚNIOR, Secretaria de Estado, Memória, 1988, p. 12). A concepção da salubridade do clima e a dispersão das comunidades, evitando concentrações propagadoras de doenças contagiosas, eram argumentos usados pelas autoridades para justificarem a sua falta de atenção. Fernandes JÚNIOR (Secretaria de Estado, Memória, pp. 4-5) fala dos debates e discussões sobre os locais de sepultamentos, destinação dos dejetos, dessecação de pântanos e abastecimento de água sem chegarem a alguma solução, apesar da legislação existente. De outro lado, os recursos financeiros do Estado impediam a efetivação de medidas para o saneamento de águas estagnadas, uma vez que somente um e outro charco fora transformado em logradouro público, em Curitiba.

Os recursos médicos eram também escassos, constituindo preocupação do Ministério do Império e das Câmaras Municipais, considerando a existência de apenas três médicos quando da instalação da Província do Paraná. Fernandes Junior (Secretaria de Estado, Memória, 1988, pp. 12-13) ressalta que o único recurso médico era disponibilizado pelo Hospital Militar. Após trinta e seis anos de Província, o Estado não apresentava um quadro médico e sanitário favorável. Depois de três anos da criação da Inspetoria Geral de Higiene, havia 19 médicos e 19 farmacêuticos para atenderem uma população de 250.000 pessoas, espalhadas principalmente pela região sul do Estado. O serviço sanitário não tinha se atualizado e atendia casos de moléstias quando estes apareciam.

Em 1909, no segundo Governo de Xavier da Silva, foi que o Estado começou a manifestar indícios de preocupação com o serviço de higiene. Uma das medidas defensivas foi a criação do Serviço de Laboratório de Análises Químicas e Microscópicas, na Capital, para exames em geral e de gêneros alimentícios (PR. Mensagem, em 3 de fevereiro de 1909, p. 5). No ano seguinte, Xavier da Silva voltava a insistir junto ao Congresso Legislativo a respeito do aparelhamento da repartição de higiene para atender casos de moléstias contagiosas que pudessem ocorrer, considerando as freqüentes relações com outros centros urbanos, como insistia em sua Mensagem,

[...] será confiar demasiado na salubridade do nosso clima, deixarmos de nos precaver dos necessários meios de defesa contra enfermidades que por ventura, possam se manifestar no estado, máxime agora que as relações com centros populosos se tornaram mais freqüentes e rápidas, quer por via marítima, quer terrestre (PR. Mensagem, em 1 de fevereiro de 1910, p. 7).

As cidades tornavam-se mais populosas, mas sem uma infra-estrutura adequada. Curitiba contava com rede de abastecimento de água e esgotos sanitários, somente em alguns de seus bairros. As altas taxas de mortalidade infantil resultante da desnutrição e das gastroenterites preocuparam este governo e o de seu sucessor sem conseguirem, porém, concretizar suas metas.

Tais preocupações estenderam-se ao setor da educação, para se tentar reverter o quadro de mortalidade por meio da escola, num ambiente saudável segundo as medidas de higiene que começavam a se impor. Os investimentos no meio escolar visariam a solucionar os males que acometiam a população infantil. A escola, assim, passou a desempenhar o papel de redentora dos males sem solução pelo Estado. Os espaços escolares precisavam ser revistos, por meio de novos projetos pedagógicos e arquitetônicos. Afinal, se a maior parte das escolas funcionava em prédios alugados, não seriam eles diferentes da arquitetura de 1875, mesmo que esta arquitetura começasse a evoluir para o final do século XIX.

Os prédios alugados como casas escolares não correspondiam mais às exigências da higiene e das medidas sanitárias, por serem ambientes inadequados ao processo de aprendizado. As construções de 1903, destinadas às escolas, não estavam enquadradas nos padrões pedagógicos e higiênico-sanitários. Outras medidas eram necessárias para modernizar o ambiente escolar, para acompanhar o crescimento e o desenvolvimento do Estado.

Para evitar despesas públicas e futuros contratemplos na criação e construção de grupos escolares, o Governo designou, em 1907, uma comissão presidida pela Professora Carolina Pinto Moreira para ir a São Paulo conhecer a organização e o funcionamento dos grupos escolares e estudar os métodos didático-pedagógicos, resultando observações sobre a

[...] Escola Modelo, que é uma dependência da Escola Normal, e da qual, [...] são fiel reprodução os Grupos Escolares. Naquela escola, [...], demorei 15 dias o meu trabalho, freqüentando, em seguida, [...] a Escola Complementar e Jardim de Infância que, como a Escola Modelo, são também anexas à Escola Normal, formando todas o admirável conjunto que se pode denominar com acerto – uma universidade de instrução primária – [...]. [...] o ensino intuitivo e prático, perfeitamente aplicado, tem a todos convencido da sua grande eficácia. (PR. Relatório – 1907, in: Relatório, em 31 de dezembro de 1907, pp. 9-13).

Ainda houve a possibilidade de conhecer a formação do professorado pela Escola Normal paulista, obter cópias de plantas dos prédios e ainda juntar ao Relatório

[...] um artigo do “Jornal do Comércio” relativo à edificação de prédios para grupos escolares e escolas reunidas e escolas isoladas no Estado de Minas Gerais, no qual se poderá colher

boa orientação para o mesmo fim, neste Estado (PR. Relatório – 1907, in: Relatório, em 31 de dezembro de 1907, p. 9-13).

Em relação ao mobiliário, dizia a Professora Carolina,

[...] já não há quem ponha em dúvida que a higiene das escolas depende em grande parte do mobiliário nelas usado, [...] é intuitiva a necessidade da aquisição de bancos e carteiras do tipo americano, dos quais, precedendo autorização do Governo, eu trouxe de S. Paulo os dois exemplares que se acham depositados em uma sala da Escola Normal. (PR. Relatório – 1907. In: Relatório, em 31 de dezembro de 1907, p. 9-13).

Em vista das novas informações, foram aprovados dois regulamentos, um em 1907 e, outro, em 1909, inovadores na regulamentação do ensino seriado nos grupos escolares com um professor para cada uma das séries – 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries. Implicando em gastos elevados para o Governo, os regulamentos foram revogados, sem extinguir, porém, a seriação de estudos já em prática nas escolas. Apesar do descompasso, o Regulamento de 1901 permaneceu em vigor, para descontentamento das autoridades de ensino (PR. Relatório, em 31 de dezembro de 1910, p. 61).

As plantas dos edifícios escolares, com dimensões para salas de aula, para os pátios, dependências sanitárias e outras indicações evidenciavam as imperfeições das construções, onde funcionavam os grupos Xavier da Silva e Cruz Machado e a escola Tiradentes: salas mal iluminadas, pouco ventiladas, estreitas e sem espaço de circulação entre os bancos escolares. Conforme o Relatório da Professora, o êxito do funcionamento escolar dependia de vários aspectos e condições, como apontava:

Três são as condições primordiais para a fundação e regular funcionamento do grupo: 1.º o prédio, 2.º o prédio, 3.º o corpo docente.

Na construção de casas escolares devem de preferência ser atendidas as condições de higiene, quer da higiene do corpo, quer da do espírito;

Ar, luz e acomodações convenientes para um dado número de alunos, nunca superior a 50 em cada classe, são as principais condições de uma boa casa escolar, [...]. (PR. Relatório – 1907. In: Relatório, em 31 de dezembro de 1907, p. 10).

Quanto aos prédios, sugeria pouca suntuosidade e mais funcionalidade, como se observa em suas palavras:

Prédios modestos, com as acomodações precisas e muito ar e muita luz, podem ser edificadas nesta Capital, um ou dois em cada ano, sem grande sacrifício para o tesouro do Estado.

Nas cidades e vilas do interior poderão ser eles construídos às expensas dos respectivos municípios, e até por particulares, [...]. (PR. Relatório – 1907. In: Relatório, em 31 de dezembro de 1907, p. 10).

Para se ter uma idéia das formas arquitetônicas das construções escolares, torna-se importante trazermos alguns dados sobre o processo de urbanização de Curitiba, para se entender o estilo arquitetônico das construções que podem ser observadas nas fotografias, cedidas por Antônio Vidal, para ilustrar o desenvolvimento da cidade, no artigo “Curitiba de

ontem e de hoje”, existente nas páginas da Ilustração Brasileira, Edição Comemorativa do Centenário da Emancipação Política do Paraná, 1853-1953.

Conforme a fotografia, nos anos de 1900, Curitiba começava a apresentar o aspecto de uma futura florescente cidade, embora não tivesse os serviços públicos dos centros maiores. Elevada à cidade em 1842, 11 anos antes da emancipação política, a futura Capital apresentava o panorama de um rústico povoado, apesar de ter-se elevado à vila em 1693. Mesmo na época da emancipação política, a cidade assemelhava-se a uma pequena vila com 308 casas e 5.819 habitantes. (SILVA; SILVA, 1953, pp. 80-81).

A imagem de Curitiba, em 1875, apresentada na revista “Ilustração Brasileira”, permite-nos visualizar uma arquitetura semelhante àquela descrita por Nestor Goulart Reis Filho, em sua obra “Quadro da Arquitetura no Brasil” (1997, p. 24), ao descrever a arquitetura colonial do século XVIII. Os centros urbanos, diz o autor, eram definidos pela uniformidade dos terrenos e das casas, numa espécie de padronização, para garantirem uma aparência portuguesa, conforme determinavam as Cartas Régias.

Embora o cenário seja de uma Curitiba do terceiro quartel do século XIX, as casas apresentam as características descritas pelo autor ao se referir à arquitetura do século anterior. Coloca o autor que, nesta arquitetura uniforme, as casas eram construídas ao nível do chão e empregavam-se técnicas primitivas, por contarem os construtores com mão-de-obra escrava.

Nos casos mais simples as paredes eram de pau-a-pique, adobe ou taipa de pilão e nas residências mais importantes empregava-se pedra e barro, raramente tijolos ou ainda pedra e cal. O sistema de cobertura, em telhado de duas águas, procurava lançar uma parte da chuva recebida sobre a rua e a outra sobre o quintal, cuja extensão garantia, de modo geral, a sua absorção pelo terreno. (REIS FILHO, 1997, pp.24).

Não se empregavam calhas ou outro sistema de captação de águas pluviais. As raras edificações elevadas eram destinadas principalmente às igrejas, encimadas por altas torres, onde ao longe se visualizava a cruz que dominava todo o cenário, tal como se observa na foto de Curitiba de 1875. (SILVA; SILVA, 1953, p. 80).

O traçado das vias públicas raramente calçadas e sem passeios, estes criados mais tarde para o aperfeiçoamento do tráfego, eram definidos pelos prédios, construídos linearmente nos limites dos lotes, unidos entre si. O conjunto de prédios definia espacialmente a rua, pois como Reis Filho (1997, p. 22) explica, era impossível pensar em ruas sem prédios. Ruas sem edificações, definidas por cercas, eram estradas.

Neste cenário rudimentar funcionavam as escolas públicas em casas alugadas pelo Governo sem possibilidades de investir em edificações e equipamentos. Estes últimos acabavam sendo improvisados por moradores ou professores ou, às vezes, cedidos pelas prefeituras locais. Os alunos sentavam-se em bancos ao redor de uma mesa, voltada para o quadro-negro, fixado numa das paredes da sala. Constantes ofícios de professores eram encaminhados à Inspeção, solicitando material. Em 1906, Manoel Borges de Macedo, professor

no Município de Votuverava, oficiava ao Inspetor Escolar a precariedade de equipamentos, custeados por ele, sem ressarcimento pelo Governo, fazendo-se necessária a complementação de móveis e objetos escolares (PR. Ofício, em 11 de abril de 1906, v. 10, p. 106). O fornecimento de material e recursos para as escolas públicas começou a regularizar-se a partir de 1913, com a criação do Serviço de Almojarifado, na Inspeção do Ensino, que começou também a importar carteiras americanas, tais como as usadas nos grupos paulistas, como descrevera a Professora Carolina (PR. Relatório, em 31 de dezembro de 1913, pp. 5-6).

A arquitetura presente no século XIX e nas primeiras décadas do século XX foi ela “[...] herdeira direta das tradições arquitetônicas e urbanísticas do período colonial [...]”, nos diz Nestor Goulart (1997, p. 33), razão por que Curitiba, em 1875, nos parece com aspecto tão colonial. No decorrer do século XIX e início do século XX, nos fala Goulart,

[...] novos esquemas de implantação da arquitetura urbana, [...] representariam um verdadeiro esforço de adaptação às condições de ingresso do Brasil no mundo contemporâneo e que podem ser vistas como etapas de transição entre aquelas tradições e a situação presente.

As primeiras manifestações da mecanização na produção de materiais de construção e a presença dos imigrantes como trabalhadores assalariados respondiam pelas alterações das técnicas construtivas nessa época (REIS FILHO, 1997, pp. 34, 48).

Num processo de transição entre o antigo e o moderno, as considerações acima se encontram retratadas nas imagens da fotografia que desvela a Curitiba de 1900, ilustrando seu desenvolvimento urbano, mostrado por Silva e Silva em “Ilustração Brasileira”. (1953, p. 81).

O esforço de modernização arquitetônico é visualizado no novo tipo de residência que começava a surgir, com seus porões mais ou menos elevados, mas ainda de frente da rua, com escada para acesso à porta principal da casa, fosse ela lateral ou central. Também alguns prédios com fachadas decoradas por ânforas, estátuas ou fruteiras sobre a platibanda de balaustradas e pilastras. As janelas com balcões e peitoris de ferro, bandeiras de vidro ou imitações de massa em seu lugar eram instaladas em casas com dois pavimentos, os sobrados, que se destacavam no cenário de casas térreas. Os passeios também começavam a surgir, num sintoma de modernidade. (SILVA; SILVA, 1953, p. 81; REIS FILHO, 1997, p. 40).

A Capital paranaense deixava para trás a rusticidade e ganhava fisionomia mais cidadina, embora em defasagem com os centros maiores, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Salvador. Como nos diz Nestor Goulart,

a essas transformações no campo da arquitetura correspondiam modificações significativas nos centros urbanos. Nas cidades de maior importância multiplicavam-se ruas calçadas e apareciam os primeiros passeios junto às casas. Construíram-se também jardins, ao gosto europeu. (REIS Filho, 1997, p. 42).

Todavia, as condições tecnológicas e as formas de habitar persistiam nas mesmas condições do período colonial. As salas de visita na frente e os cômodos mais íntimos nos

fundos da casa. Curitiba, que ainda não se situava entre os centros de maior importância, guardava ainda fortes resquícios do período anterior.

A imagem da Capital paranaense, em 1925, mostrada na revista-almanaque, revela uma cidade mais bem estruturada, acompanhando os novos estilos arquitetônicos que começavam a ser introduzidos no cenário arquitetônico tradicional. Com prédios de seis pavimentos, calçamento nas ruas, passeios junto às construções, serviço de transporte, abrigo de passageiros e automóveis, a cidade ganhava ares de centro maior. Permaneciam, porém, os prédios limitados pelos lotes, lado a lado, formando um conjunto linear. A arquitetura constituía um misto entre o tradicional e o moderno, este último com traçados de linhas retas, telhado de quatro águas sem o emprego de platibandas decoradas. Tais construções surgiam ao lado dos antigos estilos, nos quais se observa um novo detalhe as camarinhas, construídas nos elevados telhados para permitir a iluminação e a ventilação nos sótãos habitados. (SILVA; SILVA, 1953, p. 81). Os primeiros anos do século XX assistiriam ainda à repetição das relações entre arquitetura e lote urbano em voga na República, revelando os compromissos de um passado recente de mão-de-obra escrava e de esquemas rígidos dos tempos coloniais.

A imagem fornecida pela fotografia da Praça Municipal de Curitiba, em 1910, nos mostra o centro da cidade, com prédios dispostos lado a lado, sem espaçamentos laterais, nos quais funcionava, na parte térrea, o comércio, e, no andar superior, a habitação. As altas janelas de balcões com peitoris de ferro e bandeiras de vidro, as platibandas com enfeites fossem eles de ânforas, fruteiras ou estátuas, aparecem num sobrado ao fundo, bem como visualizamos a existência de camarinhas em telhado de outro sobrado. Em destaque aparece o prédio da Praça Municipal, com amplas e altas janelas e uma larga porta central, encimada por uma camarinha que se destaca no telhado, ocultado pelas platibandas, com desenhos lineares em relevo. Sendo o local o centro de comercialização de produtos cultivados pelos imigrantes, observamos a presença de carroças com toldos para o transporte. Os passeios, o calçamento na rua e os trilhos de bonde ali instalados demonstram o avanço urbanístico de Curitiba. (SILVA; SILVA, 1953, p. 81).

Nesta Curitiba mais urbanizada, foi que o Governo, em 1910, firmou contrato com construtoras para a construção de casas e grupos escolares em Curitiba, Jacarezinho, Jaguariaíva, Campo Largo, Rio Negro e Araucária. Conforme o contrato, o Grupo Escolar 19 de Dezembro da Capital, localizado na rua Montevideó (atual Desembargador Motta), apresentava a seguinte descrição:

O edifício compõe-se de dois corpos distintos, separados por um espaço de 10 metros. Cada corpo é constituído por dois salões de 11m x 9m, correspondendo a cada um deles, um vestíbulo de 3m x 3m, uma saleta central de 3m x 3m para o professor, e um gabinete para latrina e mictório, com 3m x 3m.

Os salões das classes e compartimentos acessórios são [...] independentes uns dos outros. Amplamente ventilados e iluminados satisfazem a todas as regras pedagógicas exigidas, tendo até um cubo de ar, por aluno que em média poderá freqüentar cada classe, superior ao

que determinam os tratados que se preocupam com o importante assunto da higiene escolar. (PR. Relatório, em 31 de dezembro de 1910, pp. 40-41).

Os projetos, de conformidade com as plantas paulistas, atendiam as exigências pedagógicas, higiênico-sanitárias e o estilo arquitetônico predominante na época.

Uma Circular enviada aos Inspectores Escolares determinava o levantamento das escolas em seus distritos, localização, população escolar, clientela masculina ou feminina, com objetivo de melhorar a distribuição de escolas e verificar as localidades sem este benefício. (PR. Relatório, em 31 de dezembro de 1909, p. 74-75).

Em 1913, o Governo conseguira construir 13 prédios para grupos e 9 para casas escolares, em 10 municípios. Em mais três anos, o número de construções atingia a casa de 33 prédios construídos, beneficiando 15 municípios. Dez anos depois, em 1926, já havia 43 prédios, dos quais 10 eram grupos escolares, estes últimos construídos de preferência na Capital. (PR. Relatórios de 1913, 1916, 1926; Mensagem, em 1º de fevereiro de 1927).

As imagens de fotografias das fachadas dos grupos, casas escolares e prédios para jardim de infância que ilustram o Relatório do Secretário da Instrução Pública, de 31 de dezembro de 1916, retratam o estilo arquitetônico das construções da época, nas quais estão presentes os estilos “Art-Nouveau” e Neocolonial, com seus porões elevados com aberturas retangulares, janelas altas com bandeiras de vidro, ladeadas por colunas decoradas e em relevo, encimadas com contornos semicirculares decorados. Ocultando o telhado em quatro águas, havia as platibandas, algumas com pequenos torreões, outras com pilastras e decoração de grandes pinhas, em cimento. As calhas começam a ser empregadas para o escoamento das águas pluviais.

Alguns grupos e casas escolares estão localizados em ruas com calçamentos e passeios, notadamente, os prédios da Capital. Havia variações na decoração das fachadas, mas praticamente todos os prédios guardavam as mesmas características que foram observadas nos prédios que começaram a surgir em 1900 e que estão presentes nas imagens de 1910 e 1925. Algumas imagens permitem visualizar o distanciamento dos prédios dos limites da rua, ladeados por jardins e protegidos por muros com grades com pontas de setas, conforme as novas tendências que começavam a surgir nas residências dos grandes centros. A entrada fosse nos prédios de frente da rua ou fosse nos muros com grades, era localizada ou na parte central ou na parte lateral dos prédios ou muros. Fotografias nos trazem imagens com alunos e professores na frente dos prédios e outras focalizam somente as imemoráveis construções. A imponência das escolas destacava-se no cenário urbano, chamando a atenção da população.

No final do século XX e início do século XXI, os prédios escolares continuam sendo símbolos do saber. A escola foi o baluarte para a formação dos cidadãos brasileiros e ainda continua a desempenhar papel relevante na contínua formação de crianças, jovens e adultos que têm a tarefa de manter o desenvolvimento do país de forma criativa, dinâmica e equilibrada. As políticas dos governos continuam tendo a escola como seu instrumento de mu-

danças, objetivando atender, de um lado, as necessidades de formação que a sociedade reclama e, de outro, as exigências impostas pelo capitalismo.

Referências bibliográficas

BELTRÃO, Vera Regina Marques. *A medicalização da raça*. Médicos, educadores e discurso eugênico. Campinas: Editora UNICAMP, 1994.

CHOAY, Françoise. *O urbanismo*. Utopias e realidades. São Paulo: Perspectiva, 2002.

DÓREA, Célia Rosângela Dantas. Anísio Teixeira e a arquitetura escolar: planejando escolas, construindo sonhos. *Revista da FAEEBA*, Salvador, n. 13, jan./jun., 2000. pp. 151-160.

FERNANDES Junior, Lindolfo Ribeiro. *Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. 1853 a 1983. Memória*. Curitiba/PR: Fundação Caetano Munhoz da Rocha. Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos, 1988.

GRASSI, Tânia Maria. *As faces da mulher que se forma professora na Curitiba do final do século XIX às décadas iniciais do século XX*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: PUCPR, 2003.

SILVA, Oswaldo de Souza e; SILVA, Antônio A. de Souza e. (dir.) *Ilustração Brasileira*. Edição Comemorativa do Centenário da Emancipação Política do Paraná – 1853-1953. Rio de Janeiro: Gráfica Pimenta de Mello, 1953.

LEME, Maria Cristina da Silva. *O urbanismo no Brasil, 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999.

REIS Filho, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

PARANÁ Mensagem, Relatório, Legislação.

_____. *Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se a 2ª Sessão da 18ª Legislatura*. Curitiba, 1º de fevereiro de 1927. (s.n.t.). 255 p.

_____. *Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pelo Dr. Francisco Xavier da Silva, Presidente do Estado, ao instalar-se a 2ª Sessão da 9ª Legislatura em 3 de fevereiro de 1909*. (s.n.t.). 1 v.

_____. *Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pelo Dr. Francisco Xavier da Silva ao instalar-se a 1ª Sessão da 10ª Legislatura em 1º de fevereiro de 1910*. Curitiba: Tip. da República, 1910. 1 v.

_____. *Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pelo Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Estado, ao instalar-se a 2ª Sessão da 12ª Legislatura em 1º de fevereiro de 1915*. Curitiba: Tip. da República, 1915. 1 v.

_____. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública pelo Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva Diretor Geral da Instrução Pública em 31 de dezembro de 1903*. Curitiba: Tip. da República, 1904. 1 v.

_____. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Bento José Lamenha Lins DD. Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública pelo Dr. Arthur Pedreira de Cerqueira Diretor Geral da Instrução Pública em 31 de dezembro de 1905.* (s.n.t.). 1 v.

_____. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Bento José Lamenha Lins DD. Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública pelo Dr. Arthur Pedreira de Cerqueira Diretor Geral da Instrução Pública em 31 de dezembro de 1907.* (s.n.t.). 1 v.

_____. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva Presidente do Estado pelo Coronel Luiz A Xavier Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública em 31 de dezembro de 1909.* Curitiba: Tip. da República, 1910. 1 v.

_____. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva Presidente do Estado em 31 de dezembro de 1910 pelo Coronel Luiz Antônio Xavier Secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública.* Curitiba: Tip. da República, 1911. 1 v.

_____. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque Presidente do Estado pelo Dr. Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos Secretário de Estado dos Negócios do Interior Justiça e Instrução Pública em 31 de dezembro de 1913.* Curitiba: Tip. do Diário Oficial, 1914. 1 v.

_____. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Affonso Alves de Camargo Presidente do Estado pelo Dr. Enéas Marques dos Santos Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública em 31 de dezembro de 1916.* Curitiba: Tip. da República, 1917. 1v.

_____. *Relatório apresentado ao Sr. Dr. Alcides Munhoz, Secretário Geral do Estado pelo Inspetor Geral do Ensino, Dr. Lysimaco Ferreira da Costa.* 1926. (s.n.t.). 1 v.

_____. *Decreto n. 263 de 22 de outubro de 1903. Regimento Interno das Escolas Públicas. Leis, Decretos e Regulamentos do Estado do Paraná, 1903.* Curitiba: Tip. da Penitenciária do Ahú, (s.d.). 112 p.

_____. *Ofício do Professor Manoel Borges de Macedo do povoado de Santaria ao Inspetor Escolar do Município de Votuverava, em 11 de abril de 1906.* OFFICIOS, Curitiba, DAP-1248, v. 10, p. 106.